

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.127 - DF (2019/0337779-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**RECORRIDO** : **RAIMUNDO NONATO LOPES DE SOUSA**  
**ADVOGADOS** : **JOSE LUIS WAGNER - DF017183**  
                  **VALMIR FLORIANO VIEIRA DE ANDRADE - DF026778**  
                  **LUIZ ANTONIO MULLER MARQUES E OUTRO(S) -**  
                  **DF033680**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 263):

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. IMÓVEL FUNCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. INADIMPLÊNCIA QUANTO ÀS TAXAS CONDOMINIAIS. ESBULHO POSSESSÓRIO CARACTERIZADO. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE ALUGUEL A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. POSSIBILIDADE.*

*I - A relação jurídica decorrente da cessão de imóvel funcional, para fins de ocupação por servidor público, possui natureza eminentemente administrativa, não se equiparando a contrato de locação. A todo modo, uma vez encerrada essa relação jurídica, cristalizada, no caso, pela superveniente rescisão do termo de ocupação do imóvel, tendo em vista a inadimplência do réu no que tange a determinadas taxas de condomínio do aludido imóvel, não mais subsiste a essência daquela relação jurídica inicialmente instaurada entre as partes envolvidas (natureza administrativa), submetendo-se, agora, ao crivo do direito privado.*

*II - Na hipótese em comento, a manutenção do esbulho possessório, decorrente da não devolução de imóvel funcional após a cessação dos motivos que legitimaram a sua ocupação, autoriza o pagamento de indenização por perdas e danos, correspondente ao valor do seu aluguel, observada a sua variação de mercado, desde a data da ocupação irregular, a ser contada a partir do término do prazo assinalado na notificação para desocupação do imóvel.*

*III - Apelação e remessa oficial, tida por interposta,*

*parcialmente providas para condenar o réu ao pagamento de indenização por perdas e danos. Sentença reformada, em parte.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 264/272).

Irresignada, a parte recorrente aponta violação ao art. 15, I, *e*, da Lei nº 8.025/90. Para tanto, sustenta que é "a multa prevista na Lei 8.025/90 tem natureza de sanção ao indivíduo que atuou contrariamente ao direito, mantendo-se ilegitimamente na posse do imóvel" (fl. 284), de modo que a penalidade é cabível na presente hipótese. Em acréscimo, aduz que "não merece prosperar o posicionamento de que a incidência da mencionada multa somente passa a ocorrer após o trânsito em julgado da ação de reintegração" (fl. 286).

#### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O inconformismo não comporta êxito.

Colhe-se da sentença de primeiro grau a seguinte informação (fl. 200):

*Posteriormente, o autor declarou que as chaves do imóvel funcional em questão foram entregues, e que não constava nenhum débito referente ao período de ocupação, quanto à taxa de uso, condomínio e outras despesas, fl. 197.*

Depreende-se do excerto acima transcrito que o imóvel foi desocupado antes da prolação do *decisum* que julgou procedente a pretensão que visava à reintegração do INSS na posse do imóvel funcional em tela.

Diante desse contexto, verifica-se que o encargo previsto no art. 15, I, *e*, da Lei nº 8.025/90 não é devido, pois a jurisprudência deste Superior Tribunal tem asseverado que a multa por ocupação irregular do imóvel funcional só tem incidência a partir do trânsito em julgado da sentença que determina a reintegração de posse em favor do ente público.

A respeito do tema, destacam-se os seguintes julgados:

**ADMINISTRATIVO. BENS PÚBLICOS. IMÓVEL  
FUNCIONAL. OCUPAÇÃO IRREGULAR. MULTA. TERMO**

**INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE PROMOVIDA PELO ENTE PÚBLICO.**

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento segundo qual a multa por ocupação irregular prevista no art. 15, inc. I, alínea "e", da Lei n. 8.025/90 só tem incidência a partir do trânsito em julgado da sentença que determina a reintegração de posse em favor do ente público. Precedentes.

2. Na espécie, a origem deixou consignado que a União não obteve a liminar para a reintegração de posse ab initio, tendo sido determinada tal medida apenas quando de julgamento de agravo de instrumento, em data próxima à da sentença. Ocorre que, quando o oficial de justiça foi cumprir o mandado de reintegração, em 17.8.2001, verificou-se que a parte recorrida já havia desocupado o imóvel pela menos dois meses antes, sendo que a União não se desincumbiu do ônus processual de demonstrar a imprecisão desta informação (fl. 149, e-STJ).

3. Recurso especial não provido.

**(REsp 885.444/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/11/2010, DJe 25/11/2010)**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. INCONFORMISMO DA EMBARGANTE. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 535 do Código de Processo Civil, prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente presentes na decisão.

2. Asseverou o acórdão embargado, na linha de diversos precedentes do Superior Tribunal de Justiça, que a multa prevista no art. 15, I, e, da Lei 8.025/90, a ser aplicada em virtude de ocupação irregular de imóvel funcional, depende do trânsito em julgado de eventual ação possessória ajuizada pela União contra o ocupante, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

3. Observa-se, portanto, que o aresto embargado decidiu a controvérsia de forma clara e fundamentada, analisando todas as questões suscitadas, não havendo falar em omissão, contradição, nem obscuridade.

4. Na verdade, pretende a embargante revisar o julgado que lhe restou desfavorável a fim de que as questões suscitadas sejam solucionadas de acordo com as teses que julgam corretas, o que não se coaduna com as finalidades dos embargos de declaração.

# *Superior Tribunal de Justiça*

*5. A possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos a embargos de declaração sobrevém como resultado da presença de omissão, obscuridade ou contradição, vícios a serem corrigidos no acórdão embargado, e não da simples interposição do recurso.*

*6. Embargos de declaração rejeitados.*

**(EDcl no MS 13.995/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/8/2010, DJe 15/9/2010)**

Destarte, o acórdão recorrido merece subsistir.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator